

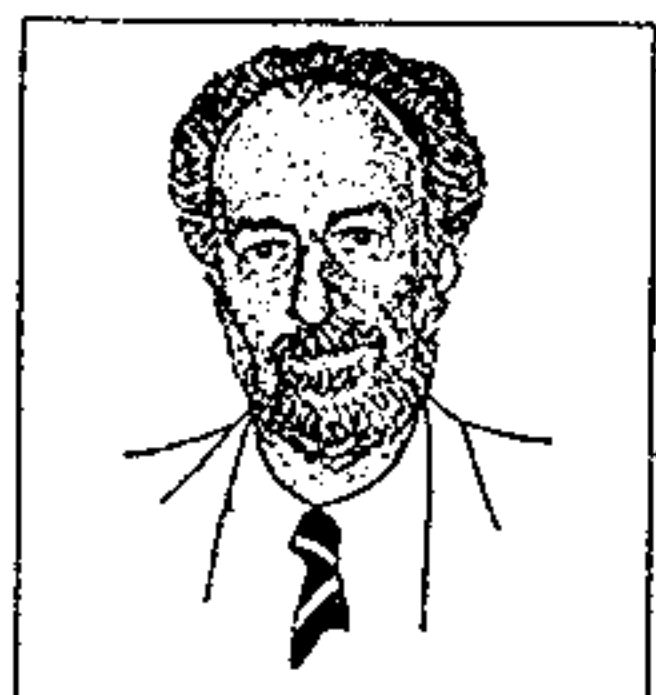
DESP
3/7/98
93

A-2

WASHINGTON NOVAES

A Amazônia e o fogo

Anuncia-se que o governo federal porá a plena carga, nos próximos dias, o Proarco, um programa de prevenção e combate a queimadas e incêndios na Amazônia, com o objetivo de impedir que aconteça no chamado "arco do desmatamento" – que vai do Pará a Rondônia – o que aconteceu este ano em Roraima e, no passado recente, em muitas áreas. Nesse arco,



Se o esquema do governo não funcionar, vai desabar uma tempestade de protestos

têm advertido instituições e cientistas, a chamada extração seletiva de madeira abre picadas na floresta, prejudica a vegetação baixa, acumula folhas e galhos secos. Criaram-se, assim, ao longo de anos, condições muito favoráveis para que se alastrem, na área de floresta, queimadas propositas ou acidentais em propriedades agropecuárias vizinhas.

Dará resultado o programa? Evitará a catástrofe que tantos temem ou prevêem? Sossegará as aflições da população brasileira? Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, um terço dos brasileiros considera a questão florestal o mais grave problema ambiental do País.

Por outro lado, conseguirá a área ambiental do governo contrapor-se com eficácia à avassaladora pressão dos setores madeireiro e agropecuário da Amazônia, que ameaçam demitir dezenas de milhares de empregados e paralisar atividades, se persistir o aperto na fiscalização do corte e das queimadas?

É um quadro difícil e delicado. As grandes forças econômicas se juntam, nesse mosaico de razões, centenas de milhares de famílias de pequenos agricultores, que, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, dependem de desmatamento e queimadas para o plantio de lavouras de subsistência. Só no Pará, seriam 300 mil famílias. E no conjunto da Amazônia – dizem técnicos do governo – elas responderiam por uns 8 mil km² no desmatamento anual.

A esse fator se soma o impasse na questão da reforma agrária. Os movimentos ligados aos sem-terra nem sequer admitem discutir o relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que apontou a reforma agrária como causa principal do desmatamento na Amazônia – mais de 250 mil km². Do lado do governo, a reação também é pouco con-

vincente e eficaz.

A tese que prevalece na área governamental julga indispensável implantar imediatamente a cultura da prevenção, sempre escassa no País – tanto que se sucedem infundavelmente acidentes que teria sido possível evitar, dos incêndios em Roraima ao acidente radiativo em Goiânia ou às inundações em grande parte do sul do País.

A primeira condição para isso seria a montagem, já concluída, de um sistema de controle capaz de fazer soar o sinal de alerta para qualquer crise, com a necessária antecedência. É um sistema que permite sobrepor aos dados cartográficos informações sobre clima, desmatamento, focos de calor e situação da vegetação, contando até mesmo com imagens de satélites. Um sistema capaz de dizer se determinado foco de fogo está evoluindo ou pode evoluir para um incêndio florestal.

A segunda perna do sistema de prevenção estaria num trabalho, já em desenvolvimento, para levar as comunidades amazônicas a participar da prevenção. As entidades de trabalhadores na Amazônia estão participando, ao lado de instituições governamentais. E esperam ter pelo menos 150 mil famílias dispostas a colaborar. Dessa estrutura nascem 28 brigadas voluntárias, com 416 homens, nos municípios de maior risco, treinadas e equipadas para combater incêndios, dispondo de radiocomunicação, veículos, carros-pipas, etc.

A terceira perna do tripé vai ficar com uma força-tarefa federal – composta inclusive por equipes que contam com 500

bombeiros especialmente treinados. Alertada, poderá deslocar-se rapidamente para qualquer ponto, com suporte logístico das Forças Armadas.

Não haverá aviões especializados para essa tarefa, porque os técnicos do governo entendem que na floresta amazônica dificilmente eles dariam resultado. Como o fogo se alastra pela vegetação baixa, a copa das árvores acabaria funcionando como um "guarda-chuva" que impediria a água despejada por avião de chegar aonde seria mais necessária. Daí a opção por equipes de bombeiros capazes de trabalhar no solo, dentro da floresta. Admite-se, entretanto, que os aviões especializados poderiam ser eficientes no resfriamento de perímetros incendiados e em operações de rescaldo. Mas não há nenhum disponível.

Os incêndios amazônicos, dizem esses especialistas, são diferentes dos que ocorrem nos países que têm inverno rigoroso, onde as árvores perdem as folhas, ressecam e criam condições para que o fogo se alastre (nos EUA foram quase 25 mil este ano, queimando quase 250 mil hectares; no Canadá, 3.148 queimaram 580 mil hectares). Por isso, as soluções precisariam ser diferentes. Não contestam, entretanto, que a repetição de queimadas e incêndios ao longo de anos cria condições para incêndios mais violentos, capazes de atingir toda a vegetação.

As estatísticas de 1995 mostram que o fogo "acidental" respondeu por 48% da área florestal queimada. Na visão do Ibama, porém, a questão amazônica precisa ser encarada muito mais pelo ângulo da "dinâmica econômica" do que pela eficiência de gestão ou pela repressão (esta, acha aquele órgão, "empurraria para a ilegalidade quantidade significativa de produtores rurais"; por isso, seria me-

lhor "disciplinar a questão"). Se se conseguir ordenar a exploração florestal e implantar políticas públicas competentes, seria possível pensar até mesmo em "desmatamento zero", em uma década. Para isso, entretanto, seria necessário um programa para ocupar de forma racional, com um sistema agroflorestal, os 200 mil km² de áreas já desmatadas e sem nenhum aproveitamento econômico. Nesses espaços se poderia intercalar a exploração do óleo de palma, por exemplo, que tem forte demanda no mercado internacional, até mesmo com a soja. Bastariam sete hectares de um sistema agroflorestal para assegurar às famílias beneficiárias uma renda de três salários mínimos mensais, maior que a obtida hoje pelos pequenos agricultores.

Há muito ceticismo entre os que discordam da visão governamental. Estes lembram que a área florestal da Amazônia, com quase 4 milhões km², desafia esquemas como o que está sendo montado. Ainda mais porque estudos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam) mostram que em certas áreas a floresta preservada é muito menor que a indicada pelas imagens de satélite. Em Paragominas (PA), por exemplo, 65% da floresta primária estaria preservada, segundo as fotos. Uma pesquisa em terra revelou que, na verdade, só restavam 6%. Mais de 40% já haviam sido explorados seletivamente por madeireiros e 25%, queimados por fogo "acidental", fora a área desmatada. Segundo o Ipam, em 1996 a área afetada por exploração seletiva de madeira foi de aproximadamente 1,1 milhão de hectares.

A controvérsia, portanto, continua acesa. Se o esquema montado pelo governo federal não funcionar nestes próximos meses – em que os cientistas prevêem agravamento da seca na região –, podemos nos preparar todos: vai desabar uma tempestade nacional e internacional de protestos e inconformismo.

E, seja qual for o rumo, não há como afastar uma grave preocupação. A atitude dos setores empresariais ligados à exploração da madeira e à agropecuária na Amazônia só pode gerar preocupações. Pretender que, às vésperas do século 21, os governos possam continuar de olhos fechados para a transgressão é de um irrealismo inacreditável – diante do que tem sido manifestado pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional.

